

(77) 3086-9600

Rua Coronel Gugé - 150, Bairro Centro, CEP 45000-510 Vitória da Conquista - BA

CÂMARA MUNICIPAL VITÓRIA DA CONQUISTA PARECER APROVADO NA SESSÃO DO DIA 30/04/2021

Luis Carlos Dudé
PRESIDENTE

PARECER FAVÓRAVEL, DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL; PROJETO DE LEI Nº 41/2020 DE AUTORIA DO VEREADOR LUCIANO GOMES – OUE DISPÕE SOBRE **OBRIGATORIEDADE** PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS – EDIFICADOS OU NÃO, NÃO UTILIZADOS OU SUBUTILIZADOS -MANTÊ-LOS LIMPOS E FECHADOS, ASSIM COMO OS RESERVATÓRIOS DE ÁGUA DOS **IMÓVEIS** RESIDENCIAIS E COMERCIAIS. **URBANOS** RURAIS. E **DEVEM ESTAR** DEVIDAMENTE TAPADOS, DE MODO A IMPEDIR A PROLIFERAÇÃO DO MOSQUITO AEDES AEGYPTI, VETOR DA DENGUE, CHIKUNGUNYA E DA ZIKA, NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RELATÓRIO:

Trata-se do Projeto de Lei Nº 41/2020 de autoria do Preclaro Parlamentar Luciano Gomes, que Dispõe sobre a obrigatoriedade de os proprietários de imóveis – edificados ou não, não utilizados ou subutilizados – mantê-los limpos e fechados, assim como os reservatórios de água dos imóveis residenciais e comerciais, urbanos e rurais, devem estar devidamente tapados, de modo a impedir a proliferação do mosquito Aedes aegypti, vetor da dengue, chikungunya e da zika, no Município de Vitória da Conquista, e dá outras providências.

O Projeto de Lei "in Analysis" se fundamenta na Constituição Federal de 1988 em seus Artigos 196 e 197 e Lei Orgânica do Município de Vitória da Conquista, com espeque na inteligência do Art.41, IV, *in verbis*:

"Art. 41: O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

(...)

IV - leis ordinárias

(...)

Na mesma esteira, preceitua o Art. 196 e 197 da Constituição Federal de 1988, senão vejamos:

"(...)

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.



(77) 3086-9600

Rua Coronel Gugé - 150, Bairro Centro, CEP 45000-510 Vitória da Conquista - BA

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

(...)

Foi apresentada por esta Ilustre Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final – CLJRF <u>a emenda modificativa</u>, <u>que altera o ART. 4º do PL 41/2020</u>, sendo esta possível no bojo da supracitada Lei Orgânica, atendendo as técnicas legislativas e que dispõe as regras de suplementação.

A Emenda supracitada, incorpora o seguinte texto:

Art. 4º O proprietário será notificado a executar as devidas manutenções e limpezas do terreno e caixas d'aguas em prazo de até 8(oito) dias, bem como limpar e fechar os reservatórios. Se não for atendida a notificação, será aplicada multa diária de R\$ 50,00(cinquenta reais) por metro quadrado, limitados ao valor do imóvel, sendo este, garantidor da multa aplicada.

O Projeto de Lei em voga se justifica, pela necessidade de estabelecer e aplicar penalidades pelo descumprimento da ordem manutenção e zelo em propriedades para evitar a proliferação de doenças causadas pelo mosquito Aedes Aegypti.

VOTO

A matéria veiculada neste Projeto de Decreto Legislativo não conflita com a Competência Privativa da União Federal (artigo 22 da Constituição Federal) e também não conflita com a Competência Concorrente entre a União Federal, Estados e Distrito Federal (artigo 24 da Constituição Federal).

Destaca-se finalmente que o Projeto de Decreto Legislativo sub examine atende perfeitamente o quanto disposto nos artigos 196 e 197 da Constituição Federal da Republica e Art.41, IV da Lei Orgânica do Município.

www.camaravc.com.br

☐ ② @camaravc

Câmara de Vitória da Conquista



(77) 3086-9600

Rua Coronel Gugé - 150, Bairro Centro, CEP 45000-510 Vitória da Conquista - BA

Do ponto de vista legal, respeitadas as competências e inovações constitucionais, o Projeto de Decreto Legislativo não apresenta nenhuma inconstitucionalidade.

Analisando-se a regularidade formal de sua propositura, pode-se concluir pela constitucionalidade e legalidade da mesma, posto que respaldadas na Constituição Federal e legislação municipal pertinentes.

Por fim, há que se dizer que em relação à técnica legislativa, o Projeto de Lei de Nº 41/2020, não merece qualquer reparo.

PARECER

Levando-se em consideração a plena consonância da proposição com as normas legais de competência da matéria, e a inexistência de óbices legais, bem como a boa técnica legislativa empregada, somos pela aprovação do Projeto de Lei de Nº 41/2020, em sua integralidade, sem ressalvas.

Plenário Vereadora Carmem Lúcia, 26 de abril de 2021

CLJRF - Comissão de Legislação, Justica e Redação Final

Delegado Marcus Vinicius

Presidente

Relator

Ivan Cordeiro da Silva Filho

Membro

Dr Albertto Barreto

Procurador Jurídico das Comissões